

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Em abril de 2017, o Grupo Parlamentar do PCP questionou o Ministério do Ambiente sobre a construção de uma unidade hoteleira de luxo praticamente dentro da praia de Monte Gordo (pergunta n.º 4080/XIII/2ª).

Em junho, na sua resposta, o Ministério do Ambiente informou que «*no projeto de "Requalificação e Reabilitação da Frente Marítima de Monte Gordo", do Município de Vila Real de Santo António, está prevista [...] uma unidade hoteleira*», mas que a Agência Portuguesa do Ambiente considera que esta unidade hoteleira «*não é suscetível de acolhimento à luz das disposições do Plano de Ordenamento da Orla Costeira em vigor para a área em causa*» e que esta posição já havia sido transmitida ao Município de Vila Real de Santo António.

Posteriormente, de acordo com notícias vindas a público, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé teria ordenado a suspensão do processo de licenciamento da construção da unidade hoteleira na sequência de uma providência cautelar interposta por proprietários de um edifício situado nas proximidades.

Têm sido ainda levantadas dúvidas sobre a titularidade do terreno em causa: pertencia ao Município de Vila Real de Santo António, que o podia alienar, ou pertencia ao Estado, sendo nulos os atos praticados pelo Município, designadamente a venda a terceiros?

Pelo exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicita-se ao Governo que, por intermédio do Ministério do Ambiente, preste os seguintes esclarecimentos:

1. O Ministério do Ambiente sabe a quem pertencia o terreno em causa? A sua titularidade pertencia ao Município de Vila Real de Santo António que o podia alienar ou ao Estado, sendo nulos todos os atos praticados pelo Município, designadamente a venda efetuada a terceiros?
2. Caso o terreno em causa pertença do Estado, que medidas foram tomadas pelo Governo para reclamar a sua posse e anular os atos praticados pelo Município de Vila Real de Santo

António?

3. Tendo em conta a posição da Agência Portuguesa do Ambiente – que a construção da unidade hoteleira naquele local não é suscetível de acolhimento face ao Plano de Ordenamento da Orla Costeira Vilamoura-Vila Real de Santo António – que medidas foram tomadas pelo Governo para travar a construção desse hotel?

Palácio de São Bento, 22 de fevereiro de 2018

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)